

SOCIEDADE / Crítica de Lula ao suposto padrão de vida consumista dessa parcela da população desconsidera o empobrecimento dos brasileiros nos últimos anos. Em 2021, Paulo Guedes disse que a classe média comia demais

A maltratada classe média

» DEBORAH HANA CARDOSO
» GABRIELA CHABALGOITY*

A classe média corresponde a aproximadamente metade da população brasileira. Em larga medida, esse 100 milhões de cidadãos contam com o salário para enfrentar as turbulências da economia. Acompanham, dia a dia, a perda do poder de compra em razão de uma inflação resistente e em alta. Mas, mesmo sofrendo perdas, a classe média é objeto de críticas de políticos. O último desafio partiu do pré-candidato à presidência pelo PT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em debate promovido pela Fundação Perseu Abramo e a Fundação Friedrich Ebert, na semana passada, o petista afirmou que a classe média brasileira é abastada. O tom populista do ex-presidente ignorou o empobrecimento da população brasileira ao longo dos anos.

“Nós temos uma classe média que ostenta um padrão de vida que não tem na Europa, que não tem em muitos lugares. Aqui na América Latina, a chamada classe média ostenta muito um padrão de vida acima do necessário”, disse o petista. E completou: “É uma pena que a gente não nasce e a gente não tem uma aula: o que que é necessário para sobreviver? Tem um limite que pode me contentar como um ser humano. Eu quero uma casa, eu quero casar, eu quero ter um carro, eu quero ter uma televisão, não precisa ter uma em

cada sala. Uma televisão já tá boa”, enfatizou o presidente.

E prosseguiu: “Eu quero um computador, eu quero um celular. Ou seja, na medida que você não impõe limite, você faz com que as pessoas comprem um barco de 400 milhões de dólares e comprem um outro para pousar o seu helicóptero”, comentou Lula.

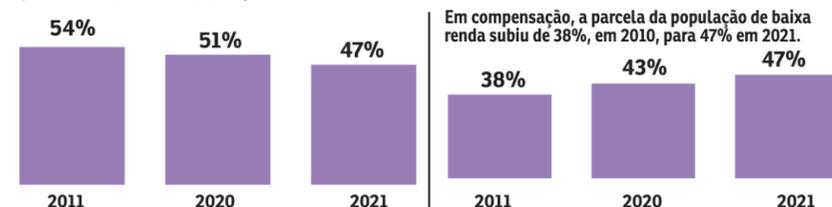
Os comentários do petista não condizem com a realidade. De acordo com o Instituto Locomotiva, o tamanho da classe média brasileira (renda familiar de R\$ 2.971,37 a R\$ 7.202,57) ficou no menor patamar em mais de 10 anos em relação ao total da população. Os estudos têm como base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2011, os brasileiros de classe média correspondiam a 54% da população. Em 2020, esse índice chegava a 51%. Em 2021, caiu para 47%. Já a classe baixa subiu de 38%, em 2010, para 43% em 2020, chegando a 47% em 2021. Ou seja, o número de pessoas de classe média caiu de 105 milhões, em março de 2020 para 100,1 milhões, em março de 2021, um aumento de 4,9 milhões de brasileiros na classe baixa.

A classe média-alta das regiões metropolitanas também foi afetada, segundo a 6ª edição do Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, publicada em janeiro. Conforme o estudo, a renda domiciliar per capita caiu para R\$ 6.411, em média,

Cada vez menor

Segundo estudos, o tamanho da classe média brasileira chegou ao menor patamar nos últimos 10 anos. Veja como essa parcela da população, com renda familiar entre R\$ 2.971,37 e R\$ 7.202,57, encolheu.



Ou seja, o número de pessoas de classe média caiu de **105 milhões**, em março de 2020 para **100,1 milhões**, em março de 2021, um aumento de **4,9 milhões** de brasileiros na classe baixa.

■ A classe média-alta das regiões metropolitanas também foi afetada. ■ A renda domiciliar per capita dos 10% mais ricos caiu no terceiro trimestre de 2021. ■ O valor é 8% menor do que o verificado em igual trimestre de 2020 nas regiões metropolitanas.

RENDA PER CAPITA DA CLASSE MÉDIA-ALTA



Fontes: Instituto Locomotiva, baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Boletim Desigualdade nas Metrôpoles (parceria entre PUC-RS, Observatório das Metrôpoles e Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL).

no terceiro trimestre do ano anterior. O valor é 8% menor do que o verificado em igual trimestre de 2020 (R\$ 6.967) nas regiões metropolitanas. A pesquisa é produzida em parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Observatório das Metrôpoles e RedODSAL (Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina).

Em defesa de Lula, o deputado Afonso Florence (PT-BA) destacou que é necessário fazer uma

distinção entre as classes. “Digamos assim, há a classe média alta, B C D E, e o PT não é contra a classe média. Foram os governos petistas que mais produziram um país de classe média”, argumentou.

Já o secretário nacional de Comunicação do PT, Jilmar Tatto, considerou as afirmações de Lula um apelo a “transição ecológica” em meio a um consumo desenfreado. “Classe média temos que chamar atenção, um chamamento profundo do saber ambiental”,

disse. “A fala de Lula não assusta porque seu governo beneficiou muito a classe média”, reforçou.

Relação conturbada

Especialistas ouvidos pelo **Correio** comentam a relação conturbada entre a classe média e o petismo. Para o cientista político Valdir Pucci, deve-se evitar generalizações. “Não podemos afirmar que a classe média é retrógrada e conservadora. Essa classe

elegeu o PT durante seus mandatos”, avaliou. “Essa frase não prejudicará Lula durante a campanha, mas foi infeliz. A classe média cobra respostas para problemas do país”, afirmou.

Na avaliação do cientista político André César, uma parcela significativa da classe média não estará ao lado do PT. “O governo Lula trouxe ganhos interessantes para a classe média, nunca se viu tantos brasileiros viajarem para o exterior, por exemplo. Porém, o antipetismo vai falar mais alto”, disse.

A classe média não é alvo de ranço somente de petistas. Em junho de 2021, o ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou os hábitos alimentares dos brasileiros de renda mediana. Ele sugeriu até a adoção de uma política pública para compensar os “excessos” dessa população à mesa.

“O prato de um [membro de] classe média europeu, que já enfrentou duas guerras mundiais, são pratos relativamente pequenos. E os nossos aqui, nós fazemos almoços onde às vezes há uma sobra enorme”, disse.

As afirmações do ministro provocaram reação da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). “Guedes novamente se posiciona de forma elitista ao falar que os brasileiros de classe média comem demais e as sobras de alimentos deveriam ser utilizadas para mitigar o problema da fome”, rebateu, em nota.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

CONTAS PÚBLICAS

Um orçamento próximo da ficção

» INGRID SOARES

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 deverá ser entregue pelo Ministério da Economia no Congresso Nacional até o próximo dia 15. Segundo especialistas, o governo deve propor um déficit fiscal de cerca de R\$ 70 bilhões em 2023. Mas essa estimativa pode se tornar ficção, com o agravamento do cenário econômico.

A economista da Tendências Consultoria e pesquisadora associada do FGV IBRE, Juliana Damasceno, relata que, em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), no meio da semana passada, o colegiado tem discutido um

déficit de R\$ 66 bilhões, próximo ao que foi estimado para este ano.

“Na junta, preveem déficit para 2023 e 2024. Já o superávit, só em 2025”, conta. Juliana Damasceno avalia que o déficit ficará acima de R\$ 66 bilhões. “Acredito que fica maior que isso. Nossa projeção está em R\$ 70 bilhões de déficit porque está levando em conta a inércia inflacionária, sem grandes impactos do lado da despesa. Porém, o cenário é improvável, porque devemos ter aumento significativo nos gastos. Por isso o teto tem que ser revisado. Qualquer governo que assumirá vai mexer no teto porque não tem como acomodar despesas. Depois das eleições, um cenário com R\$ 70 bi ainda é otimista”, diz.

Wagner Figueiredo, diretor da Consultoria de Orçamento da Câmara, avalia que, em relação às definições da LDO 2023, o cenário fiscal no próximo ano ainda permanecerá de déficit primário. “Essa situação se mantém porque, apesar do teto de gastos, todos os anos têm ocorrido modificações que ampliam as possibilidades de gastos, o que contribui para a manutenção dessa situação. Observa-se um agravamento do cenário uma vez que permanece insistente uma inflação alta, mesmo com os repetidos aumentos da taxa de juros. Essa situação pode comprometer a capacidade de crescimento do país”, destaca.

Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), defende que o fundamental na discussão da LDO será avaliar a base de projeções fiscais e econômicas. Ele aponta que o déficit de 2022, certamente, superará os R\$ 100 bilhões e para o ano que vem, discorde que se consiga ser



O primeiro ano do próximo mandato presidencial será um dos mais difíceis. O déficit de 2022, certamente, superará os R\$ 100 bilhões*

Felipe Salto, diretor-executivo da IFI

reduzido a R\$ 66 bilhões.

“O primeiro ano do próximo mandato presidencial será um dos mais difíceis sob o aspecto da reorganização do orçamento e das regras fiscais. A mudança recente do teto de gastos deixou o navio à deriva. A proposta das diretrizes

orçamentárias é um momento importante para começarmos a discutir o médio prazo. O déficit de 2022, certamente, superará os R\$ 100 bilhões. Para o ano que vem, acho difícil que se consiga reduzir a R\$ 66 bilhões”, estimou.

Gil Castello Branco, diretor geral da Associação Contas Abertas ressalta que o governo encaminhará o projeto apenas para cumprir a formalidade exigida pela Constituição, isso porque, argumenta, é praticamente certo que os dados serão revisados na aprovação do orçamento para 2023.

“Com todas as incertezas relacionadas às eleições presidenciais e às consequências da guerra, é impossível para qualquer analista estimar com precisão parâmetros como a própria inflação, que influencia diretamente, por exemplo, o teto de gastos e o salário mínimo”, comentou. “Na aprovação do orçamento de 2022, os parâmetros da LDO encaminhada em abril de 2021 foram totalmente

revisados, o que muito provavelmente ocorrerá no fim deste exercício ao ser aprovado o orçamento para 2023”, previu.

Segundo o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Ellery, em parte por conta da pandemia e por estratégia do governo, o orçamento perdeu muito da força que tinha e beira o que caracterizou como uma “peça de ficção”. “Não será surpresa se a base do governo dominar ainda mais o orçamento com medidas na linha do orçamento secreto. Talvez venha algo para o funcionalismo, com foco nas categorias mais ligadas ao presidente. De toda forma, acredito que mudanças feitas pelo Congresso (com aprovação explícita ou implícita do Planalto) vão mudar de forma significativa o texto que a equipe econômica mandar”, analisou.

Ao **Correio**, o Ministério da Economia informou apenas que o PLDO “será enviado ao Congresso Nacional conforme o prazo legal”.



ROBERTO BRANT

O MUNDO, NA VERDADE, ESTÁ SE TORNANDO UM CAMPO DE BATALHA, TENDO DE UM LADO AS DEMOCRACIAS LIBERAIS E DE OUTRO OS DIVERSOS TIPOS DE TIRANIA

Sem guias diante do desconhecido

Quando o século 20 chegava ao seu fim, o sentimento generalizado era de que a democracia liberal havia finalmente prevalecido como o melhor regime político e que, com exceção da China, todos os países se encaminhavam para viver num sistema que combinava liberdade política e economia de mercado. A ideia dominante era que, uma vez libertos de governos autoritários e beneficiados pela prosperidade econômica, os homens se tornariam naturalmente mais pacíficos, mais seculares e mais tolerantes com a diversidade humana, num caminho sem volta. Passadas apenas duas décadas, aqueles felizes prognósticos mostraram-se excessivamente otimistas. Em muitas partes, a

democracia está na defensiva e há um visível crescimento do autoritarismo e de formas falsificadas de democracia.

O avanço das tiranias ou, numa escala menor, a falta de vontade de muitas populações de defender a democracia diante dos riscos que a ameaçam, tem muitos motivos. As pessoas se tornaram mais informadas e multiplicaram suas demandas em relação ao Estado. Nos Estados autoritários, o poder é muito mais centralizado e a ação do governo não sofre de limitações nem pelas instituições de controle, como o Parlamento e o Judiciário independente, nem por uma opinião pública com liberdade para se expressar. Nas democracias, os processos de decisão são comple-

xos e tortuosos, e o poder de veto das instituições e da opinião pública torna o governo lento, quando não omissivo. O que não pode ser esquecido é que governos sem restrições podem errar muito e com frequência erram. Nossa ditadura de 1964 foi um caso exemplar.

No caso dos países emergentes, onde a pobreza ainda é muito grande e os mercados funcionam de modo muito imperfeito, a ação do Estado é fundamental para induzir mudanças e quebrar a inércia da economia. Justamente nestes países, em cuja formação sempre houve muito desequilíbrio de poder entre as classes sociais e onde a vida democrática foi interrompida com frequência, as instituições que definem o funcionamen-

to do Estado são anacrônicas e favorecem desigualmente os interesses estabelecidos. São democracias condenadas à imobilidade e, portanto, uma fonte permanente de ressentimento e frustração. Mudam os governos, mas a vida permanece a mesma. Até um momento em que o conformismo acaba cedendo ao desespero.

As ameaças à democracia estão por toda parte. O mundo, na verdade, está se tornando um campo de batalha, tendo de um lado as democracias liberais e de outro os diversos tipos de tirania. Os combates ora tomam a forma de conflitos comerciais e econômicos, ora chegam ao extremo da agressão militar aberta, como é o caso da invasão da Ucrânia pela Rússia, dando uma volta

de mais de 70 anos no relógio da história. Hoje, os analistas com melhor espírito crítico identificam que a verdadeira razão para o ataque à Ucrânia é o medo de Putin de que os russos venham a conviver, em algum momento, do outro lado de sua fronteira com um país democrático e próspero, se integrado à União Europeia.

Os desdobramentos do conflito atual serão de grande alcance. A globalização econômica e comercial vai retroceder, e os países tenderão a ser organizados em blocos, com base em afinidades mais políticas do que econômicas. De um lado estarão os Estados Unidos, e, do outro, a China, mas o mundo é muito maior e mais diverso para caber nesta polarização. De qualquer modo, a

qualidade da democracia e a capacidade do Estado em liderar um processo de crescimento muito mais complexo, com menos globalização e mais política, definirão o espaço que países como o Brasil podem ocupar. É um problema grave, mas principalmente uma oportunidade histórica.

Do meu ponto de vista, estamos muito mal preparados para este novo caminho que a História estende diante de nós. Temos instituições políticas totalmente inadequadas para favorecer um governo ativo e transformador, que seja capaz de trazer de volta o crescimento e dar cidadania econômica a toda a população. E não será esta geração de Lulas e Bolsos que pode nos guiar por esse caminho.